



Os riscos da legalidade da madeira Brasileira e o regulamento de desmatamento da UE



LIFE - Support EUTR II - LIFE18 GIE/DK/000763

Webinar: 21 de Junho 2023

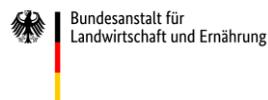
LIFE Legal Wood

LIFE Legal Wood

EUTR conhecimento, ferramentas e treinamento

O LIFE Legal Wood é um projeto fundado pela European Union's LIFE programme

LIFE Legal Wood



LIFE - Support EUTR II - LIFE18 GIE/DK/000763

Missão
dirigido,
internacional
sem fins lucrativos
Organização



350+
Membros
Tempo integral
30+ países



Trabalhando com
soluções para
manejar
terras e negócios
sustentáveis a
25 anos



Trabalhamos em
100+ países
sob 10
programas

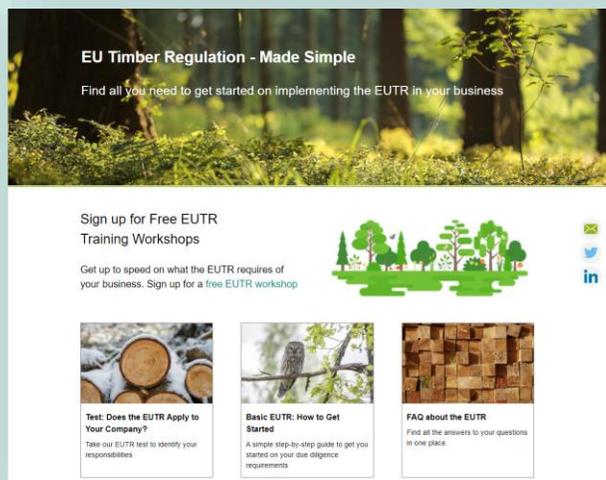
- A gravação e os slides serão disponibilizados depois do webinar.
- O Webinar será gravado – nós iremos publicar apenas a parte da apresentação.
- Questões e comentários serão apenas entre os participantes, não serão publicadas.
- Em caso de problemas técnicos ou questões associadas às gravações do Webinar no Zoom, por favor entre em contato com Julie Thirsgaard Hansen:

jhansen@preferredbynature.org



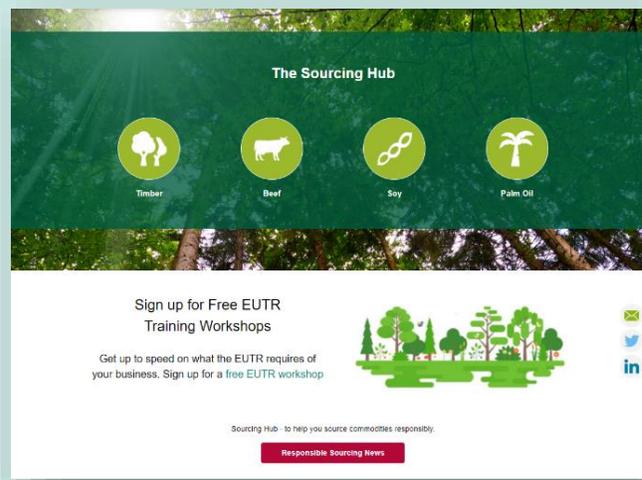
- Todos os participantes estão como "ouvintes".
- Se você tiver uma questão, envie por escrito no "Q&A function" durante o webinar.
- Nós daremos nosso melhor para que todas as questões sejam respondidas durante a sessão Q&A session.





www.EUTR.info

- Visite o site do Projeto para:
- acesso a ferramentas e informações úteis
 - Info sobre os próximos treinamentos e workshops
 - saiba sobre as últimas notícias da EUTR & EUDR



www.preferredbynature.org/sourcinghub

- Visite o Sourcing Hub para:
- Acessar as análises de risco de commodities
 - Kits de ferramentas de mitigação de risco



www.preferredbynature.org/sourcinghub/info/sourcing-hub-updates

- Subscribe to the Newsletter to:
- Fique atualizado sobre as últimas notícias e anúncios sobre a EUDR, EUTR, fonte responsável e do projeto LIFE Legal Wood



Os riscos da legalidade da madeira Brasileira e o regulamento de desmatamento da UE

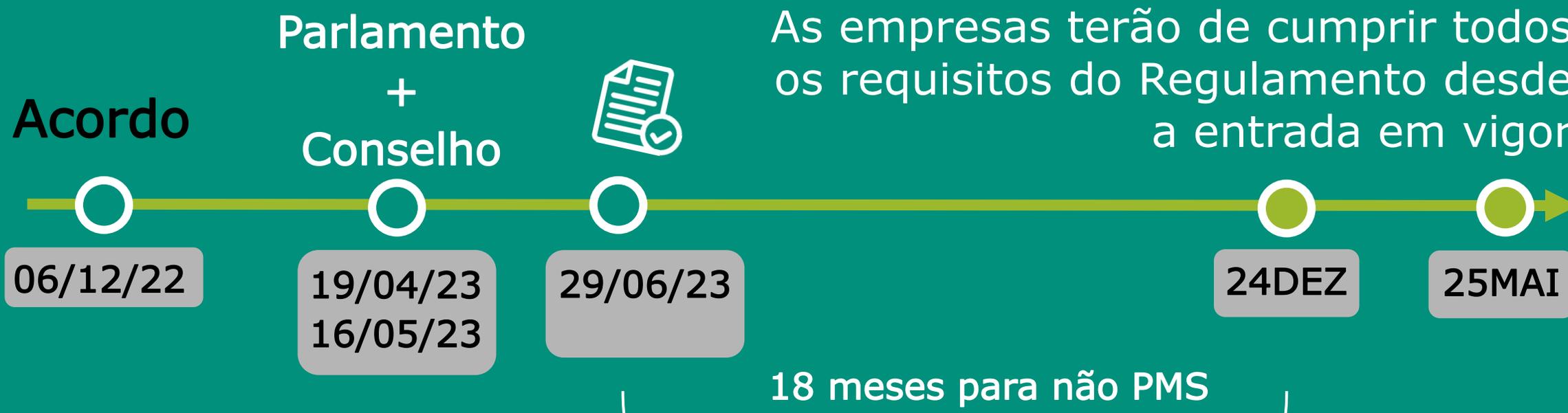
Webinar: 21 de Junho 2023



LIFE - Support EUTR II - LIFE18 GIE/DK/000763

LIFE Legal Wood

Comissão Europeia, Conselho e, Parlamento Europeu acordaram em uma única versão, de três (Trilogue)



Tamanho da empresa de acordo com:
[Directive 2013/34/EU](#)

Tenha em vigor um sistema de devida diligência em pleno funcionamento - e compatível - para evitar o fornecimento de produtos associados ao desmatamento, degradação florestal e não conformidade legal durante a produção



EUDR: entra em vigor



29/06/23



Aplicável para empresas



18 meses

24 meses: pequenos operadores ou microempresas

1

Proibição de importação e exportação de produtos não conformes

2

Obrigatoriedade de Due diligence

3

Obrigações dos estados membros para garantir a implementação

4

Implementação de sistema de Informação

Os seguintes produtos de base estão abrangidos pelo âmbito de aplicação do regulamento proposto:



Madeira



Soja



Borracha



Carne



Café



Oléo de Palma



Cacau



Produtos derivados como couro, chocolate, móveis, papel, carvão...

Escopo detalhado com base na "Nomenclatura Combinada" da UE (códigos personalizados) no Anexo I do regulamento.



O escopo do produto se expande além do Regulamento de Madeira da UE (EUTD)

Produtos que contenham papel, papelão, fibra de madeira ou madeira

+ Materiais impressos, produtos de carvão, ferramentas, cavacos e pó de madeira, caixões, todos os tipos de assentos...

Excluídos:

- a) **Os resíduos**, materiais que completaram o seu ciclo de vida e teriam sido eliminados como resíduos (Diretiva 2008/98/CE), são considerados fora do âmbito de aplicação deste Regulamento.
- b) **Material de embalagem** utilizado exclusivamente como material de embalagem para suportar, proteger ou transportar outro produto colocado no mercado (papel, paletes, caixas UTILIZADAS como material de embalagem).



Atores



A Comissão
Européia



Estados membros
(Autoridades competentes)



Autoridades
Alfandegárias



Indústria
(operadores e
compradores)

Due diligence
obrigatória

2

Proibição de colocar
no mercado a UR ou
exportar produtos não
conformes

1

'Operador' significa qualquer um que, no decurso de uma atividade comercial, **coloca (=pela primeira vez) produtos relevantes no mercado da UE OU os exporta** do mercado da UE

- **“Traders”**: qualquer pessoa singular ou coletiva na cadeia de abastecimento, que não seja o operador, no âmbito de uma atividade comercial que disponibiliza produtos relevantes no mercado da UE.





Obrigações dos Operadores e Comerciantes

- 1** Proibição de colocar no mercado da UE (ou exportar) se não cumprirem o seguinte:
 - Livres de **desmatamento**;
 - Produzidos **de acordo com a legislação relevante do país de produção**.
- 2** Exercer **due diligence** por meio de um sistema de procedimentos
- 3** Submeter **relatórios de due diligence** antes de colocar o produto no mercado de exportação

“Traders” que são PMEs

- 1** Deve coletar e manter:
 - Informação sobre os compradores e fornecedores
 - Números de referencias da *due diligence* associadas aos produtos
- 2** Manter a informação pelos últimos 5 anos
- 3** Prover as informações para as autoridades competentes

“Traders” que não são PMEs

Deve cumprir as obrigações dos operadores não PME

‘PMEs’ significa Pequenas e Médias Empresas. Definidas em: [Directive 2013/34/EU33](#)

O que é livre de desmatamento? 2 requerimentos a) + b)

'livre de desmatamento' significa que os produtos relevantes contêm, foram alimentados ou feitos com commodities.

(a) produzidos em terras não desmatadas após 31 de dezembro de 2020

e

(b) APENAS para produtos de madeira, essa floresta foi colhida sem induzir **degradação florestal** após 31 de dezembro de 2020

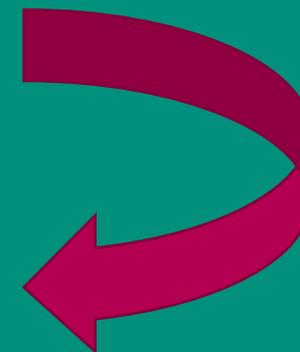
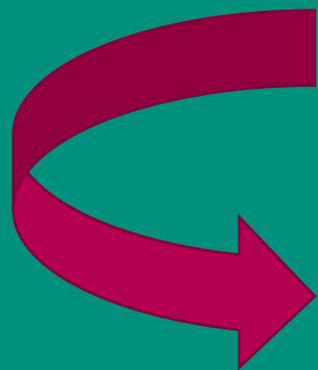
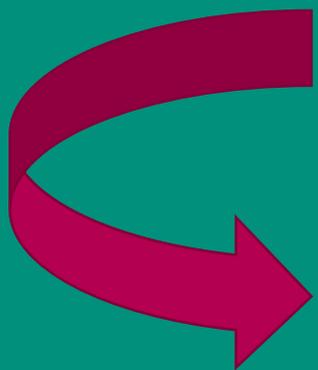
FAO Florestas
definição:
cobertura >10%

Desmatamento
para uso agrícola:



Definição de "Degradação Florestal"

Não inclui “Degradação Florestal”



Floresta Plantada

- Árvores estabelecidas por plantio

Florestas de Plantações

- Florestas plantadas com manejo intensivo, 1-2 espécies plantadas em fileiras, etc

Legalidade é definida como o cumprimento da “legislação pertinente” do país de produção, nos termos de:



direitos de uso da terra



Direitos humanos protegidos pelo direito internacional



proteção ambiental



direito de terceiros



regulamentos florestais



Princípio do FPIC, inclusive de acordo com a UNDRIP



direitos trabalhistas



taxas, **anti-corrupção**, comércio relevante e regulamentos alfandegários

A photograph of a dense forest with many tall, thin trees. The trees have light-colored, vertically textured bark. The foliage is green and dense at the top. The ground is covered in brown leaves and twigs. A dark green horizontal band is overlaid across the middle of the image, containing white text.

Requerimientos de Due Diligence

A regulamentação inclui requerimentos de due diligence comparáveis com os da EUTR:

Coleta de informações

Análise de Risco

Mitigação de risco

- Descrição do produto (nome comercial E científico)
- Quantidade
- País de produção/colheita



- **Geolocalização** de todas as **parceleas de terra** onde as commodities foram produzidas, bem como a **data e tempo de produção**
- Nome do fornecedor
- Nome do comprador
- **Evidência verificável** que aquele produto é “livre de desmatamento”
- **Evidência verificável** que aquele produto é produzido em conformidade com a legislação vigente

Menor que 4 ha

- Coordenadas de latitude e longitude correspondente a pelo menos um ponto de latitude e longitude

Maior que 4 ha

- **polígonos**, significando pontos de latitude e longitude suficiente para descrever o perímetro de cada lote

Operadores devem verificar e analisar as informações coletadas para fins de avaliação de risco

Análises de Risco devem ser:

- Documentadas e justificadas com a conclusão dos riscos
- Revisadas pelo menos anualmente e disponibilizados às autoridades competentes mediante a solicitação.



Análises de Risco devem levar os seguintes critérios de avaliação:

- atribuição de risco ao país pela Comissão Europeia
- preocupações em relação à corrupção, falsificação de documentos e dados
- baixa aplicação da lei, violação dos direitos humanos internacionais, conflito armado ou sanções impostas pela ONU ou pela UE
- prevalência de desmatamento e degradação

- complexidade da cadeia de suprimentos relevante

- preocupações fundamentais (art 29)

- a existência de **reivindicações devidamente fundamentadas** dos povos indígenas quanto ao **uso ou posse** da área utilizada para fins de produção da mercadoria em questão

A CE desenvolverá um banco de dados central sobre análises de risco.

- A CE publicará uma **lista de países com baixo e algo risco**, baseado nos regulamentos delegados (a serem desenvolvidos)
- Os resultados serão avaliados através da CE "Information System"
- **Sistema de três níveis** para avaliação de países - Baixo, Médio e Alto Risco*

Alto

Padrão

Baixo

* *a menos que seja identificado baixo ou alto, será atribuído "padrão" risco*

Operadores devem:

- Ter em vigor políticas, controle e procedimentos adequados e proporcionais para **mitigar e gerenciar os riscos**
- adotar **procedimentos de mitigação de riscos** e garantir que são adequados para alcançar nenhum risco ou risco insignificante **ANTES** de colocar o produto no mercado de exportação



- Rastreabilidade
- Geolocalização
- Risco por tipo de floresta
- Comunicação
- Evidência verificável
- Sanções







- Desde 2007, a PBN vem trabalhando em avaliações de risco de legalidade da madeira em parceria com várias organizações em + de 60 países;
- As avaliações de risco são desenvolvidas em colaboração com **especialistas locais** em legalidade florestal e usam uma metodologia de avaliação desenvolvida em conjunto pelo **FSC e PBN**;
- No Brasil, o **IMAFLORA** é a instituição responsável por gerar e atualizar a avaliação no Brasil;
- Nesta segunda versão, gerada em janeiro de 2022, foram feitas **atualizações de contexto nacional**, regulatório e na produção florestal desde a versão 1.1 (maio de 2017).

Como a análise de risco pode ajudar no combate à ilegalidade?

- Publicar categorias e métricas verificáveis e comparáveis de riscos associadas às cadeias madeireiras;
- Auxiliar produtores e compradores na verificação dos critérios de cada categoria de risco;
- Posicionar os atores relevantes do setor florestal sobre os pontos de atenção no que se refere ao cumprimento da Lei
- Complementar as políticas de compras e os processos de devido cuidado dos operadores de mercados públicos e privados;

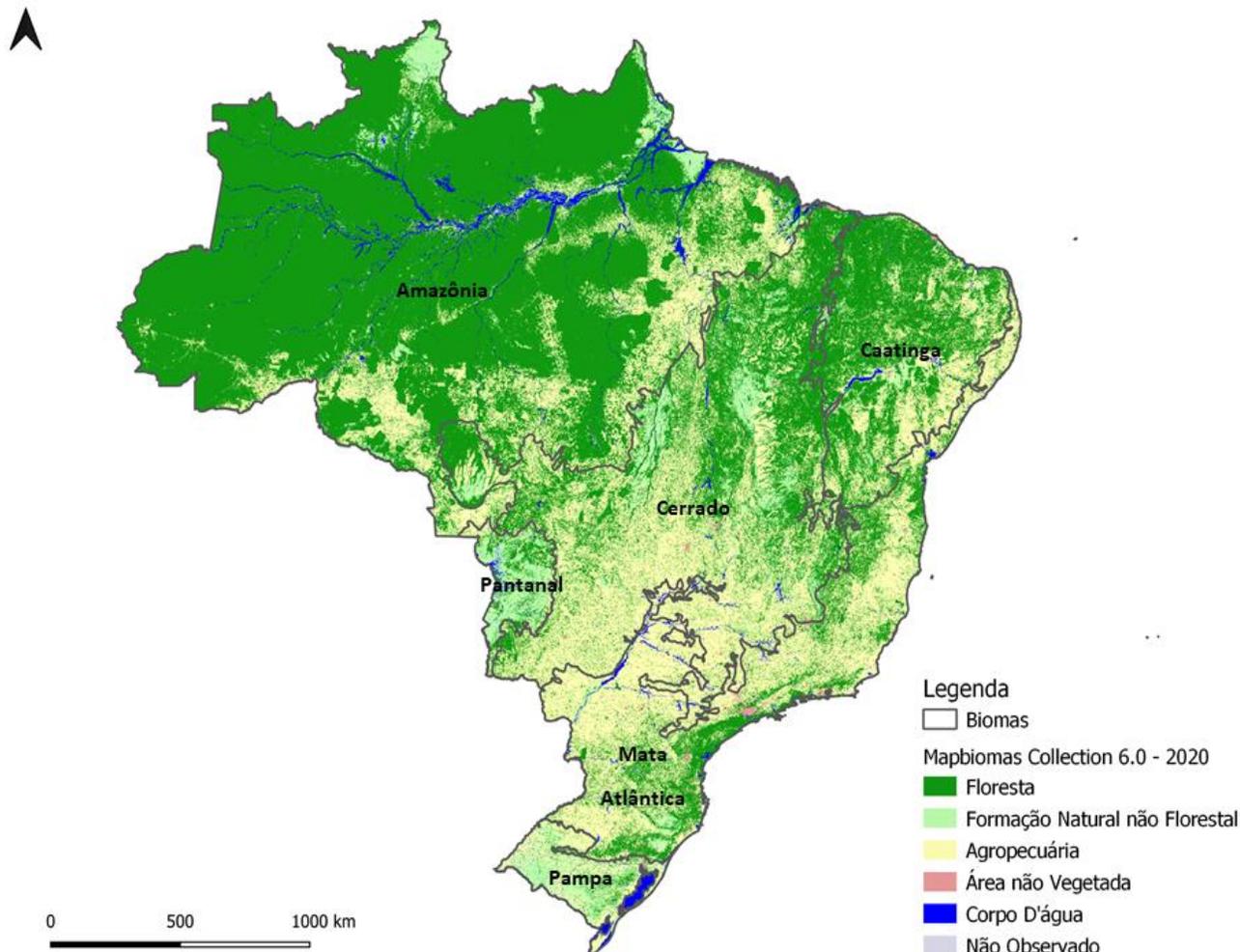


Manejo de Florestas
Naturais em áreas Privada

Manejo de Plantações Florestais

Manejo de Florestas
Naturais Públicas (Concessões)

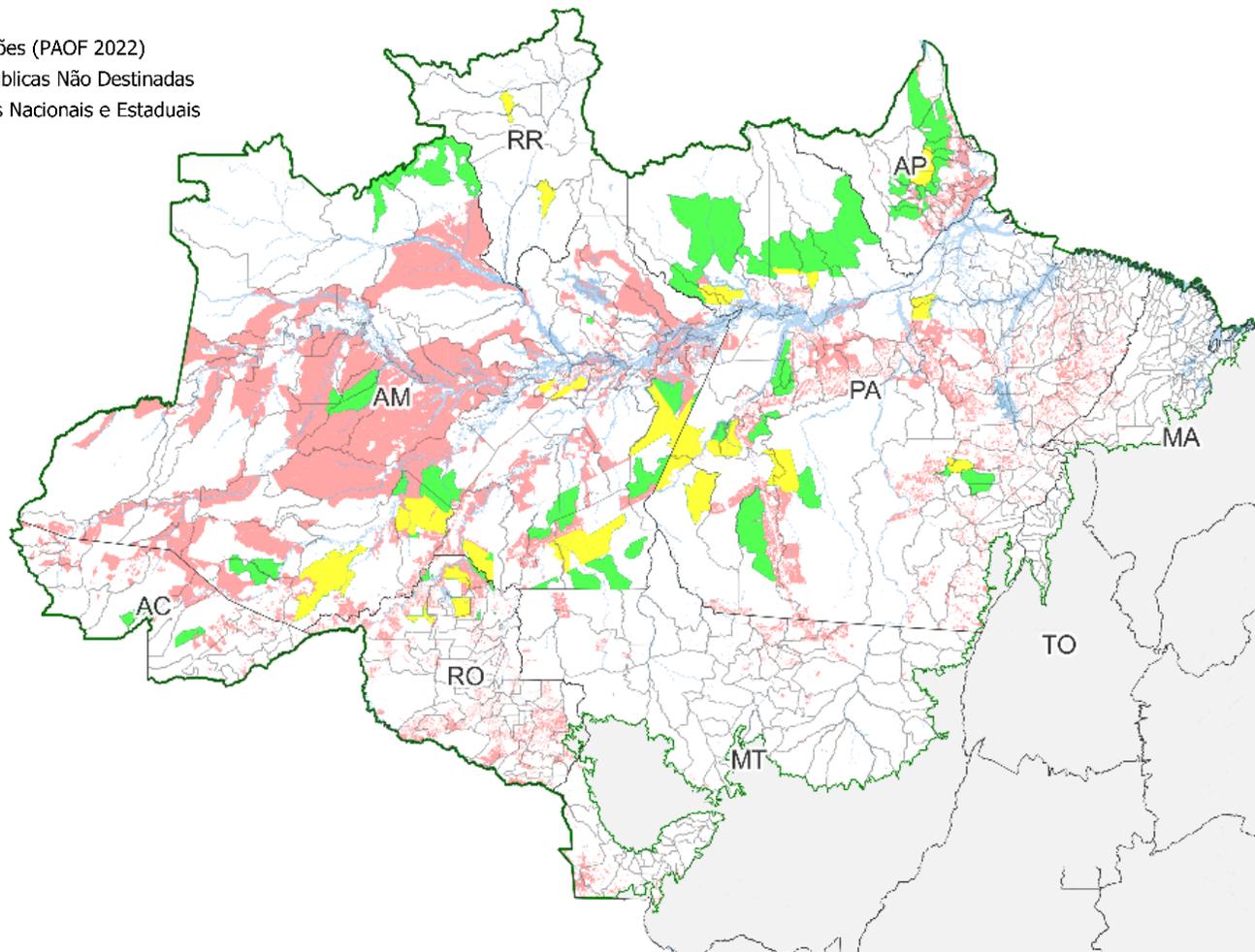




- O Brasil continha em 2020 ~508M hectares de florestas (60% do território nacional) (Mapbiomas)
 - Amazônia = 330M de hectares de florestas
- Dados da IBÁ (2020), indicam uma área de plantações florestais de 9,55M hectares para fins industriais
 - 3,73 M hectares (39%) são áreas de plantio comercial certificados
 - 88% estão concentrados no sul e sudeste
- 78% da área é composta pelo cultivo de eucalipto (7,47M hectares), e 18% de pinus (~1,7M hectares).
- Além disso, 382 mil hectares de outras espécies, como a seringueira (*Hevea brasiliensis*), acácia (*Acacia mangium*), teca (*Tectona grandis*) e paricá (*Schizolobium amazonicum*).

Legenda

- Bioma Amazônia
- Municípios
- Hidrografia
- Estados
- Concessões (PAOF 2022)
- Áreas Públicas Não Destinadas
- Florestas Nacionais e Estaduais



- Status avaliado: 18 contratos de concessão (~1,05M hectares)
- Em âmbito estadual, o Pará tem oito contratos (433 mil hectares) e o Amapá tem apenas um contrato, com 67,5 mil hectares.
- A existência de diferentes instâncias de controle, fiscalização e monitoramento envolvidas com as concessões influenciaram fortemente no resultados da avaliação de risco.

O que fizemos?



Compilamos e atualizamos as legislações vigentes

Analisamos dados e relatórios publicados

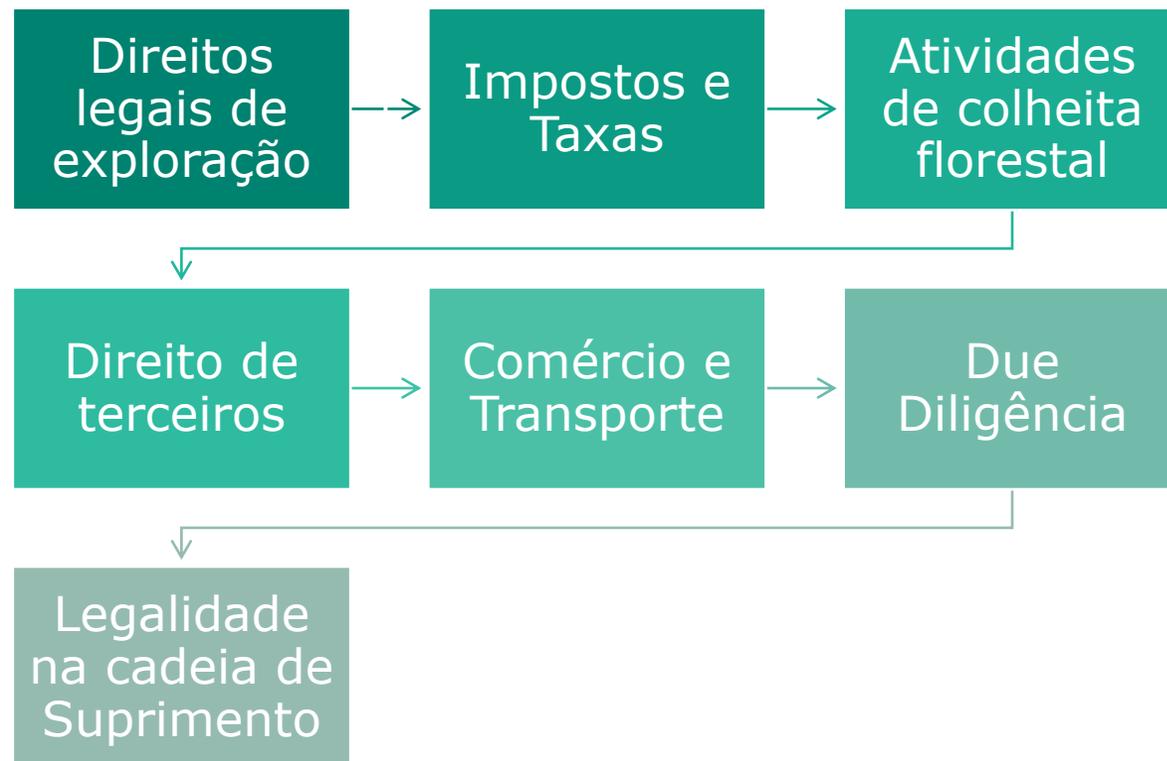


Realizamos entrevistas com atores-chave associados aos governos, produção, mercado e sociedade civil



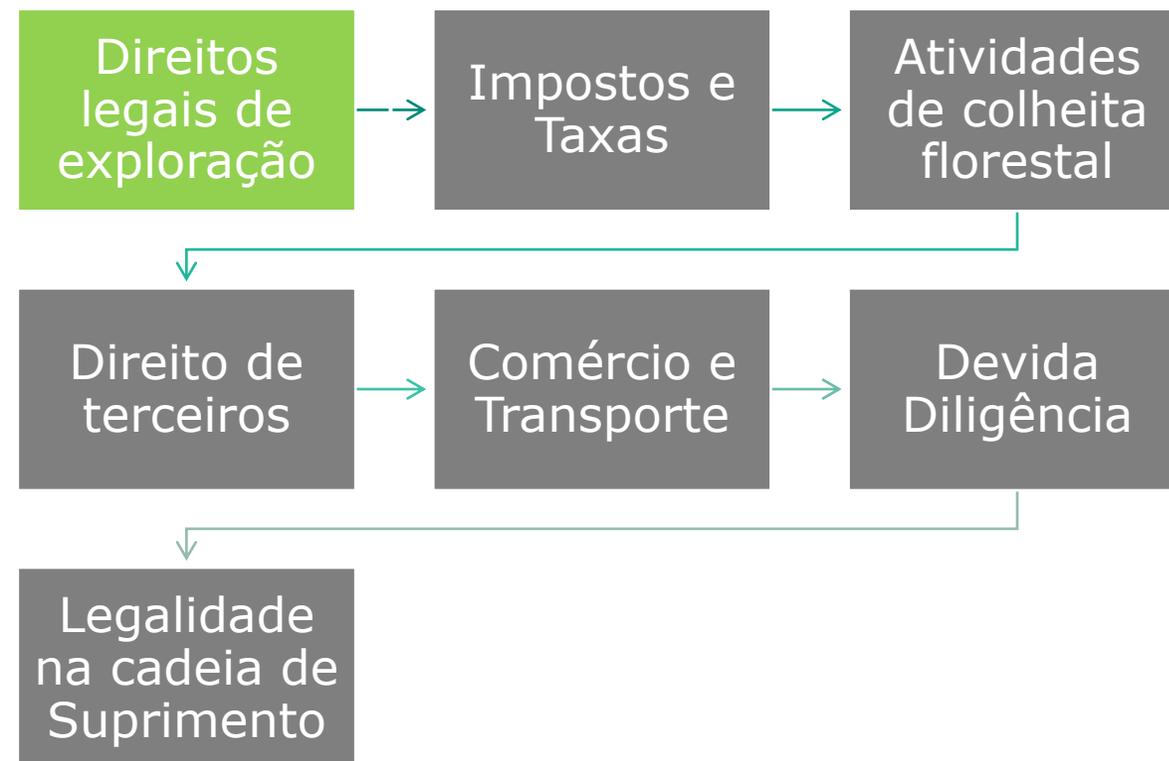
Riscos foram classificados como baixo, especificado e não definido, para o caso de inexistência de requerimentos legais

Categorias avaliadas



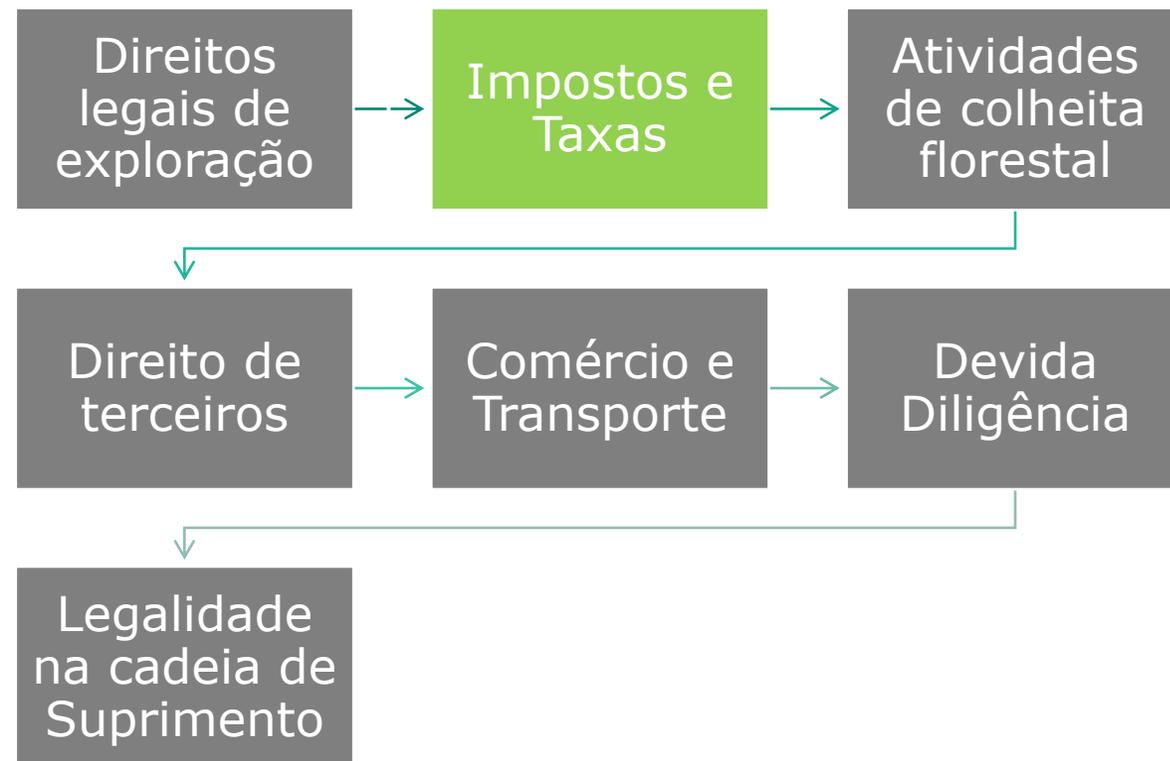
- Avalia se as questões legais relativas do acesso a terra e aos recursos florestais, além das devidas licenças, estão sendo cumpridas
- Inclui 4 subcategorias:
 - Direitos legais de exploração e colheita
 - Licenças de concessão de uso
 - Planejamento de manejo e colheita
 - Licenças de colheita

Categorias avaliadas



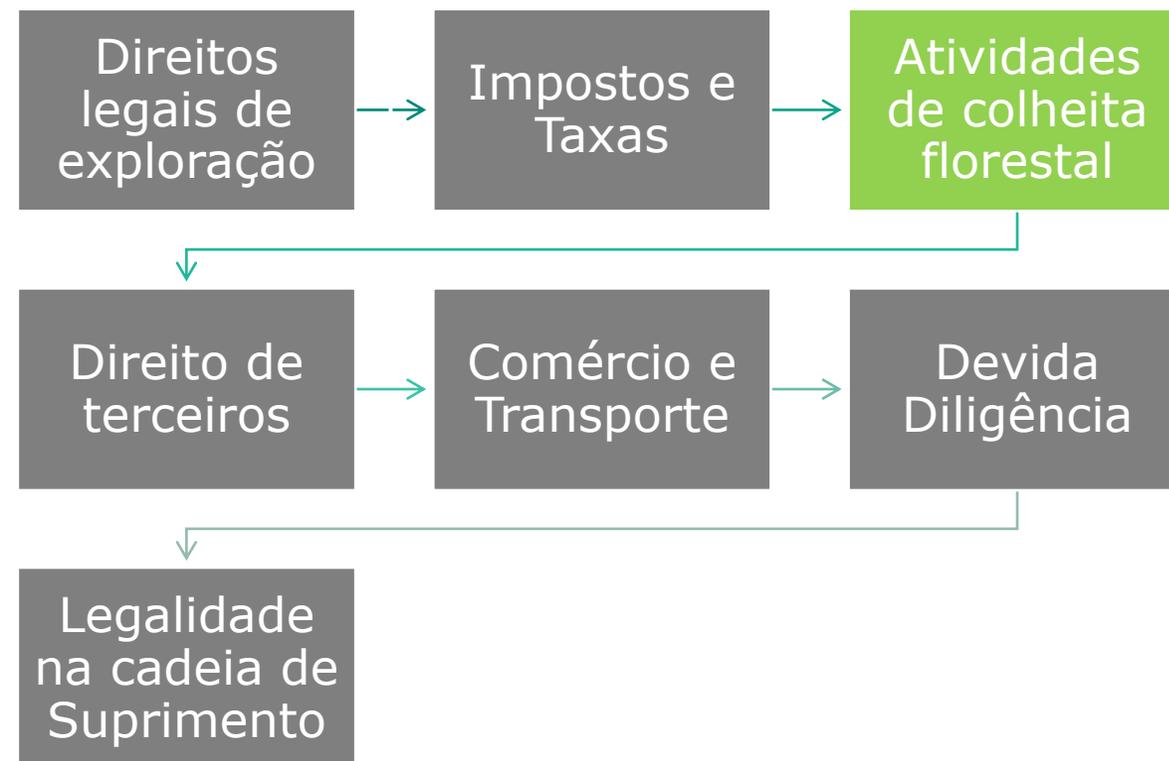
- Avalia se os impostos e taxas cabíveis ao manejo e colheita florestal são pagos de maneira consistente com a Lei
- Inclui 3 subcategorias
 - Pagamento de royalties e taxas de colheita
 - Impostos sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas
 - Imposto de renda e lucro

Categorias avaliadas



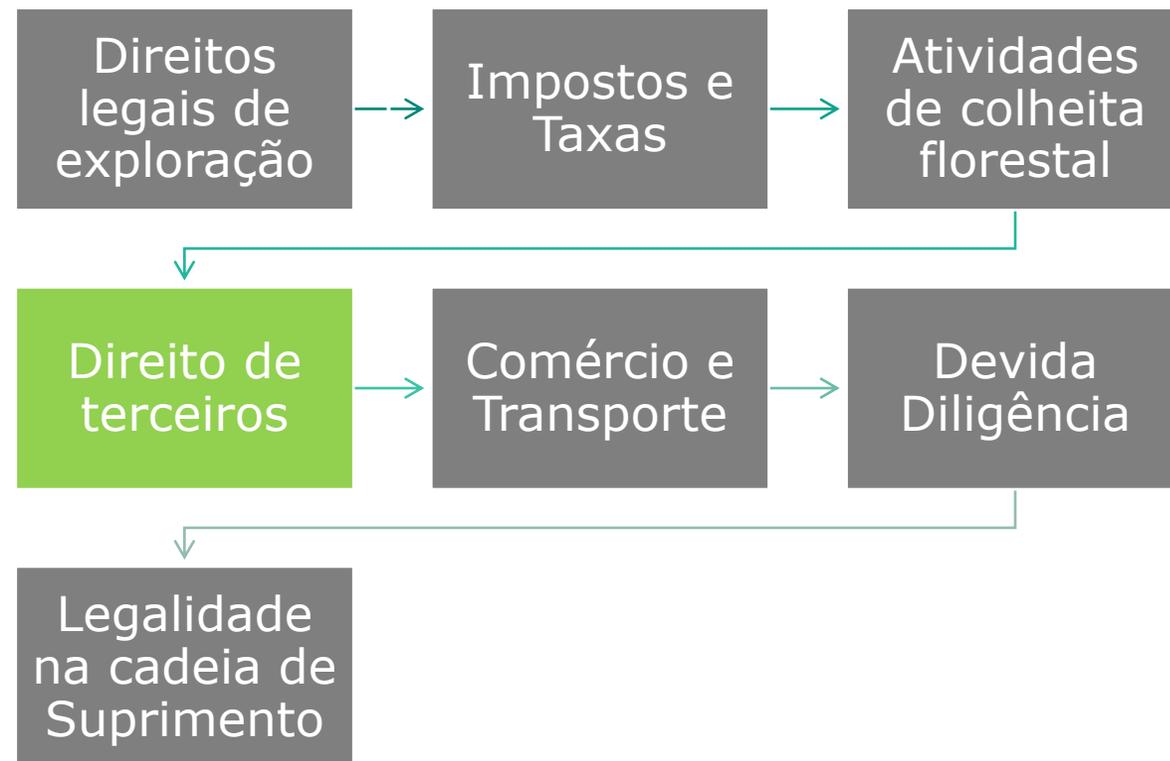
- Avalia se a legislação ambiental relativa às atividades de planejamento e condução da colheita, assim como os requerimentos de conservação e trabalhistas, estão sendo cumpridos
- Inclui 4 subcategorias
 - Regulamentos de colheita de madeira
 - Sítios e espécies protegidos
 - Requisitos ambientais
 - Saúde e segurança
 - Emprego legal

Categorias avaliadas



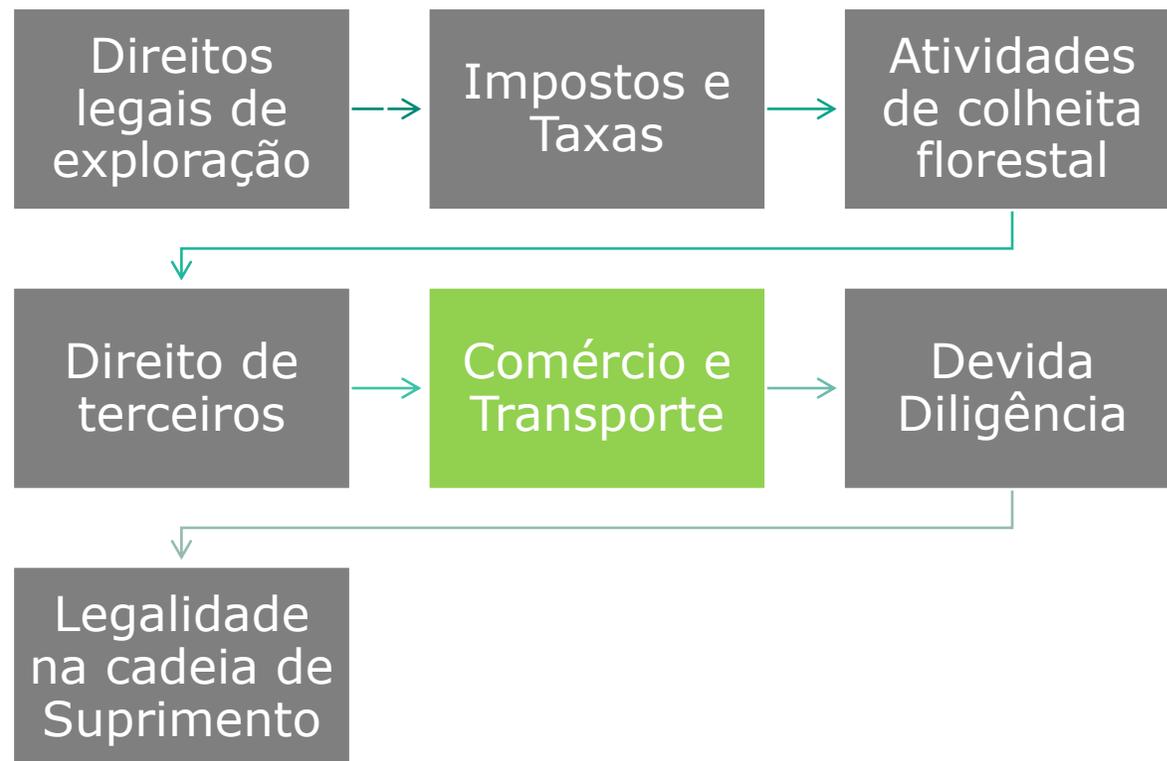
- Avalia se os direitos das populações locais e tradicionais nas áreas de manejo e/ou colheita são legalmente respeitados
- Inclui 3 subcategorias
 - Direitos consuetudinários
 - Consentimento livre, prévio e informado
 - Direitos dos povos indígenas e tradicionais

Categorias avaliadas



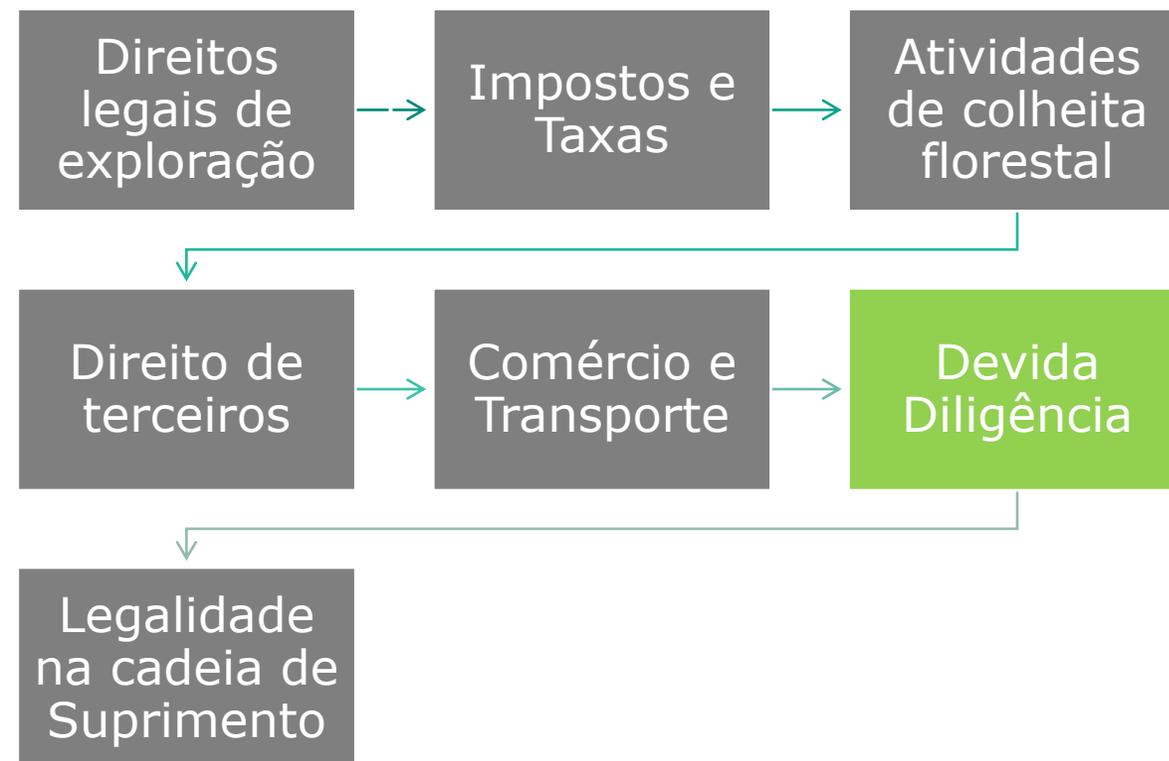
- Avalia se ao longo da porção da cadeia que inclui o transporte e comércio dos produtos de madeira, se os regulamentos cabíveis estão sendo cumpridos, assim como os riscos de contaminação dos produtos
- Inclui 5 subcategorias
 - Classificação de espécies, quantidades e qualidades
 - Comércio e transporte
 - Comércio offshore e preços de transferência
 - Regulamentos alfandegários
 - Cites

Categorias avaliadas



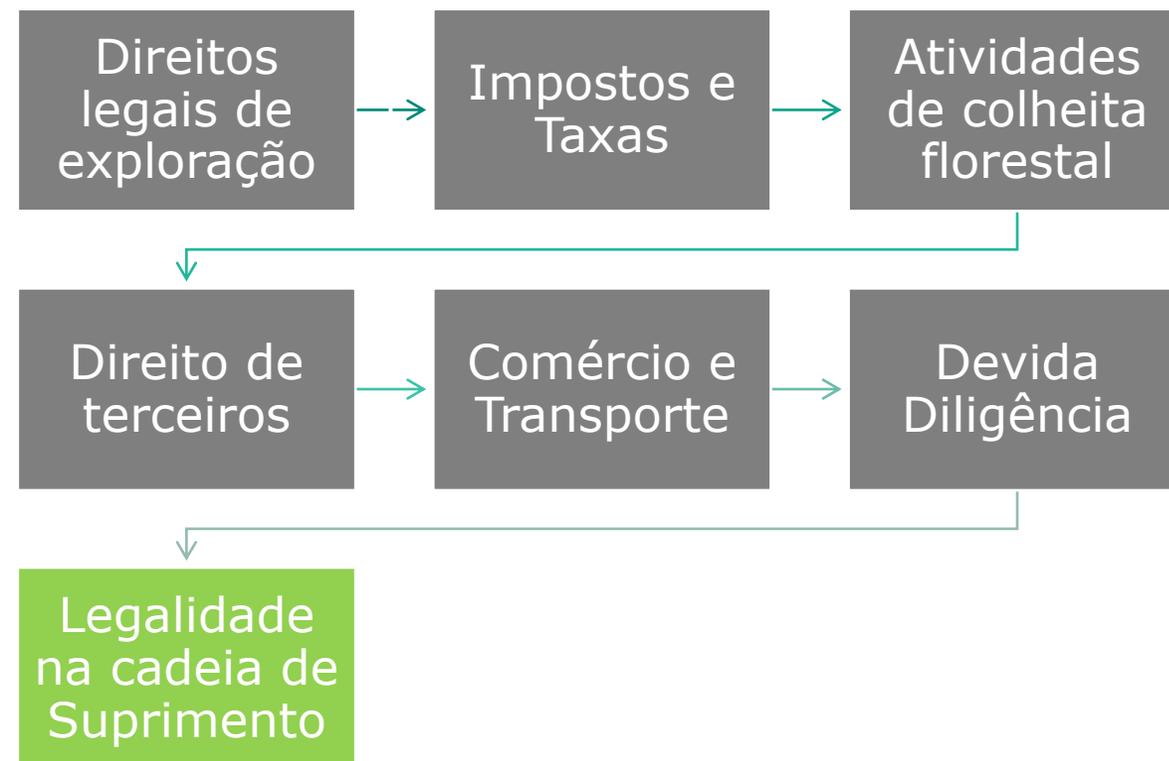
- Avalia essencialmente se existe uma legislação específica que exija a adoção de procedimentos de devida diligência

Categorias avaliadas



- Avalia se ao longo das cadeias de produção e/ou suprimento a legislação cabível, incluindo aspectos ambientais e trabalhistas, estão sendo cumpridos.
- Inclui 5 subcategorias
 - Registro legal do empreendimento
 - Requerimentos ambientais no processamento de madeira
 - Requerimentos legais do processamento de madeira
 - Saúde e segurança na indústria de transformação de madeira
 - Emprego legal na indústria de transformação de madeira

Categorias avaliadas



Risco

Manejo de Florestas Naturais em Áreas Privadas

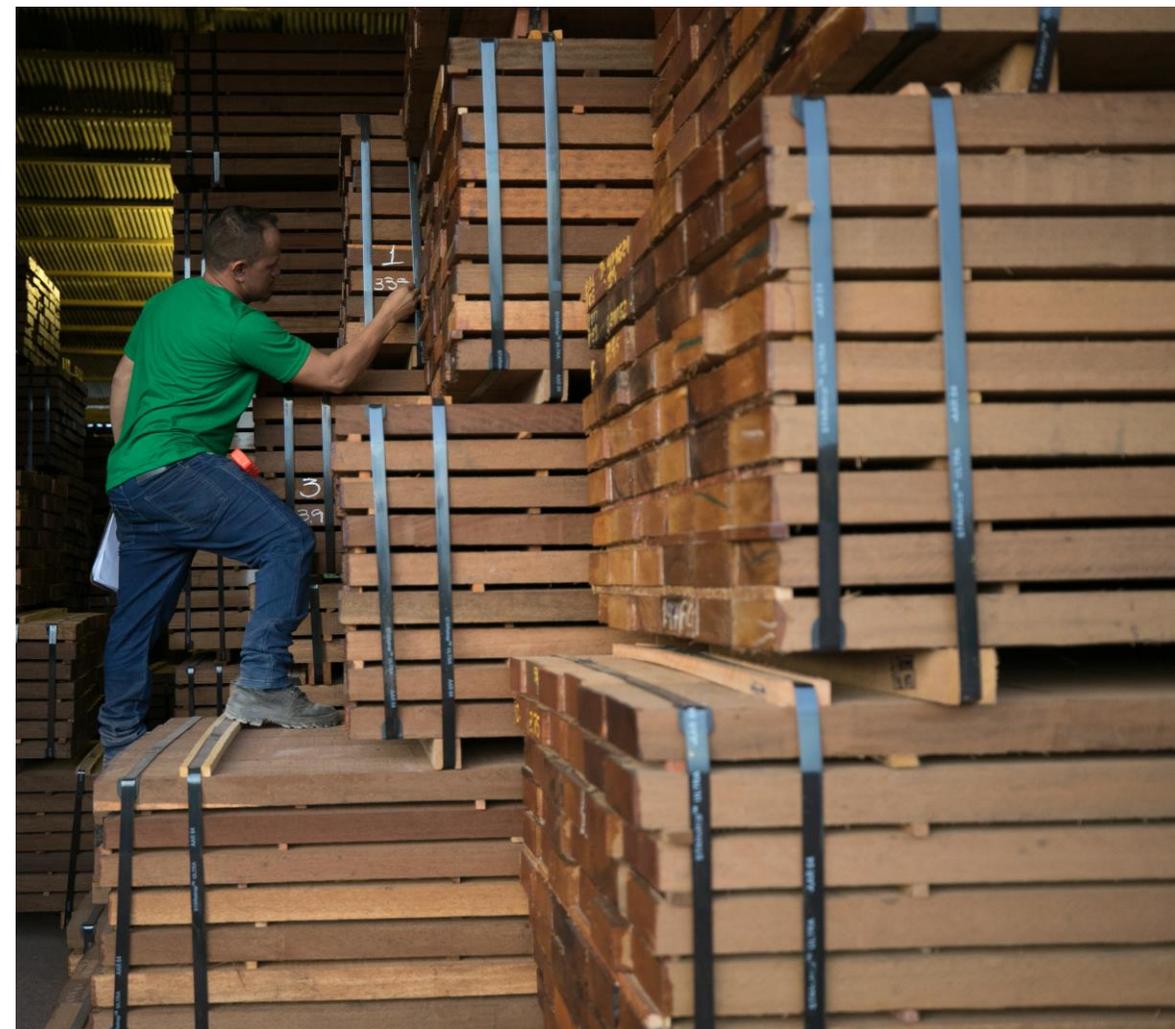
- **Risco especificado** para 19 subcategorias
- **Baixo risco** para 4 subcategorias
- Não há requisitos legais para 3 subcategorias

Manejo de Florestas Plantadas

- **Risco especificado** para 15 subcategorias
- **Baixo risco** para 6 subcategorias
- Não há requisitos legais para 5 subcategorias

Manejo de Florestas Naturais Públicas (Concessões)

- **Risco especificado** para 11 subcategorias
- **Baixo risco** para 13 subcategorias
- Não há requisitos legais para 2 subcategorias



CATEGORIA LEGAL	SUBCATEGORIA	CONCLUSÃO DE RISCO		
		Florestas Naturais Privadas	Plantações	Florestas naturais públicas (concessões)
Direitos legais de exploração e colheita florestal	1.1 Direito de posse e gestão da terra	Especificado	Especificado	Baixo
	1.2 Licenças de concessão de uso	N / D	N / D	Baixo
	1.3 Planejamento de manejo e colheita	Especificado	N / D	Baixo
	1.4 Licenças de colheita	Especificado	Especificado	Baixo
Impostos e taxas	1.5 Pagamento de royalties e taxas de colheita	Baixo	Baixo	Baixo
	1.6 Impostos sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas	Especificado	Especificado	Especificado
	1.7 Imposto de renda e lucro	Especificado	Especificado	Especificado

CATEGORIA LEGAL	SUBCATEGORIA	CONCLUSÃO DE RISCO		
		Florestas Naturais Privadas	Plantações	Florestas naturais Publicas (concessões)
Atividades de colheita florestal	1.8 Regulamentos de colheita de madeira	Especificado	N / D	Baixo
	1.9 Sítios e espécies protegidos	Especificado	Especificado	Baixo
	1.10 Requisitos ambientais	Especificado	Especificado	Especificado
	1.11 Saúde e segurança	Especificado	Especificado	Especificado
	1.12 Emprego legal	Especificado	Especificado	Especificado
Direitos de terceiros	1.13 Direitos consuetudinários	Especificado	Especificado	Especificado
	1.14 Consentimento livre, prévio e informado	N / D	N / D	N / D
	1.15 Direitos dos povos indígenas e tradicionais	Especificado	Especificado	Especificado

CATEGORIA LEGAL	SUBCATEGORIA	CONCLUSÃO DE RISCO		
		<i>Florestas Naturais Privadas</i>	<i>Plantações</i>	<i>Florestas naturais Publicas (concessões)</i>
Comércio e transporte	1.16 Classificação de espécies, quantidades, qualidades	Especificado	Baixo	Baixo
	1.17 Comércio e transporte	Especificado	Especificado	Baixo
	1.18 Comércio offshore e preços de transferência	Baixo	Baixo	Baixo
	1.19 Regulamentos alfandegários	Baixo	Baixo	Baixo
	1.20 CITES	Especificado	Baixo	Baixo
Procedimentos de diligência/ devido cuidado	1.21. Legislação que exige procedimentos de devida diligência / atendimento	N / D	N / D	N / D

CATEGORIA LEGAL	SUBCATEGORIA	CONCLUSÃO DE RISCO		
		<i>Florestas Naturais Privadas</i>	<i>Plantações</i>	<i>Florestas naturais Publicas (concessões)</i>
Legalidade na cadeia de suprimento	1.22. Registro legal do empreendimento	Especificado	Especificado	Especificado
	1.23. Requerimento ambientais no processamento de madeira	Baixo	Baixo	Baixo
	1.24. Requerimentos legais do processamento de madeira	Especificado	Especificado	Especificado
	1.25. Saúde e segurança na indústria de transformação de madeira	Especificado	Especificado	Especificado
	1.26. Emprego legal na indústria de transformação de madeira	Especificado	Especificado	Especificado

- *Segundo os especialistas e atores consultados, as concessões de florestas públicas contêm os menores riscos de legalidade (baixo risco em 13 subcategorias)*
- *Questões sociais, como saúde e segurança no trabalho, legislação trabalhista, e direitos das populações tradicionais, apresentam riscos especificados tanto na floresta como na cadeia de suprimento*
- *Os riscos nas porções mais downstream das cadeias, mais distantes da floresta, tendem a apresentar uma maior especificidade*



Preferred by Nature's Sourcing Hub

Identify and mitigate risks in your supply chains from a well-researched global resource.

Country Risk Profiles

Country Overview

View Risk Profile

Select a commodity, a country of harvest and a transiting country (optional) to view risk profile. Check the box to view risk profiles at a past date.

Choose a date to see past risk assessments

Commodity ⓘ *

Select one



Country of harvest ⓘ *

Select one



Transit country (optional) ⓘ

Select one



[Add another transit country](#)

[View Details](#)

- A plataforma *Timberflow* (www.timberflow.org.br) apresenta um conjunto de ferramentas e de informações que podem auxiliar os operadores de mercados públicos e privados em seus esforços de devida diligência e na seleção de potenciais fornecedores.
- No segundo semestre de 2023, uma nova ferramenta será lançada para auxiliar também no mapeamento das cadeias de suprimento, incluindo a geolocalização dos produtores.

